



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**PROJETO DE LEI N.º 27/2018**

*Institui a data-base para fins de revisão geral anual do vencimento e subsídio dos servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.*

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica instituído o dia 28 de outubro de cada ano, data alusiva ao “Dia do Servidor Público”, como a data-base para fins de revisão geral anual do vencimento e subsídio dos servidores públicos ativos, inativos e dos agentes políticos do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves, nos termos do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal.

**Parágrafo único.** Para fins de contabilização da folha de pagamento dos servidores e agentes políticos municipais, a data-base prevista no *caput* deste artigo retroagirá ao dia 1º de outubro de cada ano.

**Art. 2º** O indexador a ser utilizado para a revisão de que trata esta Lei será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

§ 1º Caso o Município de Luiz Alves conceda aumento de salário à determinada categoria de servidores, no período de 12 (doze) meses que antecede a revisão geral anual, o índice de revisão previsto no *caput* deste artigo não será aplicado para a categoria beneficiada com o aumento.

§ 2º Se o aumento de salário à determinada categoria não atingir o montante do índice de revisão previsto no *caput* deste artigo, será aplicado o percentual de diferença necessário para alcançar este mesmo índice.

**Art. 3º** A revisão geral anual observará as seguintes condições:

I – autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II – previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

III – comprovação de prévia dotação orçamentária que configure capacidade de pagamento;



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

IV – atendimento aos limites para despesa com pessoal de que trata o artigo 169 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal n.º 101, de 04 de maio de 2000.

**Art. 4º** As despesas decorrentes da execução financeira desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do Município.

**Art. 5º** Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de outubro de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 27 de agosto de 2018.

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**JUSTIFICATIVA**

Nobres Vereadores,

Encaminho para a apreciação de Vossas Excelências o **Projeto de Lei n.º 27/2018**, que *“institui a data-base para fins de revisão geral anual do vencimento e subsídio dos servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências”*.

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de determinar a data a partir da qual, a cada ano, será efetuada, obrigatoriamente, a revisão geral dos vencimentos e subsídios dos servidores públicos e agentes políticos do Poder Executivo Municipal de Luiz Alves, por meio da concessão de reposição de perda inflacionária a ser calculada conforme a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado nos últimos 12 (doze) meses.

Nesse sentido, é relevante destacar que a concessão do referido reajuste busca atender o disposto no inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, qual seja, de que o vencimento dos servidores públicos somente poderá ser fixado ou alterado por lei específica, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

Sendo assim, a data de 28 de outubro foi escolhida em consideração e homenagem à celebração do Dia do Servidor Público, estabelecido oficialmente pelo artigo 236 da Lei Federal n.º 8.112 de 11 de dezembro de 1990, em atendimento a um dos principais objetivos desta Administração Municipal, qual seja, de respeitar e valorizar os servidores públicos municipais, que tanto se empenham na realização de suas atividades.

Por fim, ressalto que a proposição em análise dispõe, ainda, acerca da necessidade de se respeitar os limites de gastos com o pessoal do funcionalismo público, consoante ao previsto no artigo 169 da Constituição Federal, bem como da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante do exposto, tendo em vista o interesse público e a relevância da matéria, solicito a aprovação do presente Projeto de Lei. Com a certeza do pronto atendimento de Vossas Excelências, colho esta oportunidade para reiterar protestos da mais alta estima e elevada consideração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 27 de agosto de 2018.

**MARCOS PEDRO WEBER**  
Prefeito Municipal

Rua Erich Gielow, n.º 35, Centro, Luiz Alves/SC - CEP: 89128-000  
Fone/ Fax (47) 3377 – 8600 - CNPJ: 83.102.319/0001-55



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES**

**OFÍCIO N.º 302/2018 - GP**

Luiz Alves/SC, 27 de agosto de 2018.

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei n.º 27/2018.**

Prezado Presidente,

Encaminho o **Projeto de Lei n.º 27/2018**, que “*institui a data-base para fins de revisão geral anual do vencimento e subsídio dos servidores e agentes políticos do Poder Executivo Municipal e dá outras providências*”, a fim de que este seja apreciado, votado e aprovado por essa Egrêgia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

**MARCOS PEDRO VEBER**  
Prefeito Municipal

*Exmo. Sr.*  
**Arlindo Gorges**  
*Presidente da Câmara Municipal de Vereadores*  
**NESTA**